

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sala de TI usada na pandemia será palco da sessão

Enfrentar a “greve” da oposição ou contornar?

Vice-presidente da Câmara durante a pandemia de covid-19, o ex-deputado Marcelo Ramos (PT-AM) deu a sugestão que acabou acatada pelo presidente da Câmara, Davi Alcolumbre (União-AP). Alcolumbre fará nesta quinta-feira (7) sessão virtual a partir da sala de TI do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Na pandemia, Ramos presidiu várias ses-

sões do Congresso assim. A sala foi preparada com diversos telões que permitem aos senadores entrarem simultaneamente das suas casas nos seus estados. A Câmara tem estrutura semelhante que também usou na covid-19. Mas Hugo Motta resolveu enfrentar os deputados “grevistas” de oposição. Na noite de quarta mesmo, resolveu fazer sessão presencial.

“Frouxo”

“Essa, de fato, tinha de ser a última alternativa”, defendeu a líder do PDT na Câmara, Duda Salabert (MG), sobre a decisão de Hugo Motta. “O presidente da Câmara não pode ser frouxo. Tem que reafirmar a sua autoridade e acabar com essa bagunça”.

Alcolumbre

Embora também tenha demonstrado irritação com toda a situação, Alcolumbre tentou negociar. O deputado Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro, deu detalhes da negociação, envolvendo especialmente o senador Marcos do Val.

Geraldo Magela/Agência Senado



Negociação passa por retirada da tornozeleira

Fim da tornozeleira, mas Conselho de Ética para do Val

Como contou Fernando Molicca no Correio Bastidores, as restrições a do Val amplificaram a crise e tiveram efeito especialmente entre os parlamentares do Centrão. Eles se julgaram em risco de ações futuras parecidas. Assim, segundo Salles, Alcolumbre foi negociar no Supremo Tribunal Federal que se retirasse a tornoze-

leira eletrônica de Marcos do Val. O senador estava, por conta de ações a que responde, proibido de sair do país. E, mesmo assim, viajou para os Estados Unidos. Na volta, recebeu o ornamento no tornozele. Em troca da retirada, Alcolumbre se comprometeu a levar o senador ao Conselho de Ética. Para muitos, sinal de fraqueza.

Obstrução

“Obstrução é uma ferramenta legítima, prevista nos regimentos da Câmara e do Senado, mas isso que estão fazendo não é obstrução”, disse Duda Salabert ao Correio Político. “A obstrução física, impedindo a realização das sessões é quebra de decoro”.

Crise

Crise, enfim, instalada. Segundo Ricardo Salles, a avaliação entre os opositoristas é que as ações de Alexandre de Moraes teriam sido excessivas. E, diante da crise, o STF recuou na solidariedade a ele. Não é o que diz Gilmar Mendes, mas é a aposta da oposição.

Suspensão

A possibilidade de punição para os deputados e senadores que se aboletaram nas mesas é uma possibilidade concreta. O Cidadania entrou com ação sugerindo a suspensão dos responsáveis pela “greve” por seis meses. Há quem vá além, falando em cassação.

Recuo

Na avaliação de Ricardo Salles, a situação chegara a uma impossibilidade de recuo. “Recuar será reconhecer derrota”, avaliou o ex-ministro, coisa que não se faria. “A greve continua”, brincou ele. Deve ter sido a primeira greve da vida profissional do advogado e administrador.

Motta retoma Câmara; Senado terá sessão virtual

Presidente dos deputados põe fim à “greve” da oposição

Por Gabriela Gallo

A Câmara dos Deputados enfrentou um longo dia marcado por tensões e embate entre parlamentares da oposição, da base governista e dos próprios presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Durante todo o dia, foram feitas diversas sessões para tentar terminar com a obstrução física feita pelos parlamentares, que ocupavam os assentos nas mesas diretoras das duas Casas. Os senadores conseguiram chegar a um acordo temporário, pelo qual será feita nesta quinta a sessão de maneira virtual, nos moldes em que era feita durante a pandemia de covid-19. Na Câmara, Motta optou pela retomada do espaço presencial. À noite, o presidente da Câmara finalmente conseguiu recuperar o espaço. Fez um discurso oficialmente abrindo a sessão legislativa após o recesso. E marcou sessão deliberativa para esta quinta. Ele não deixou claro quais pautas serão votadas.

“Essa obstrução física não foi algo bom para esta Casa. A presidência não negocia o seu comando”, avisou Hugo Motta aos deputados.

Até conseguir retomar o assento, o ambiente era tenso. Motta ameaçava, inclusive, entrar no Conselho de Ética para suspender por seis meses os mandatos dos deputados que insistissem na obstrução física. A negociação, então, começou a ser feita, e um nome importante na ponte entre Motta e os opositoristas foi o líder do PP



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Depois de muita confusão, Motta retoma comando da Câmara

na Câmara, Dr. Luizinho (RJ). A sessão marcada estava prevista para começar às 20h30. Motta só conseguiu sentar na sua cadeira duas horas depois.

“Projetos pessoais não podem estar à frente do povo. Não vamos permitir que atos que aconteceram sejam maiores do que este plenário”, ele disse antes de encerrar a sessão.

Bebê

Durante o esquema de rodízio para ocupar a Mesa Diretora da Câmara, a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) chegou a levar sua filha bebê de quatro meses para ocupar a cadeira da presidência da Câmara.

Em resposta, o deputado federal Reimont (PT-RJ), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, acionou

o Conselho Tutelar contra a parlamentar alegando que a situação colocava em risco a segurança da bebê por ela estar em “um ambiente de instabilidade”, o que vai contra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Senado

Apesar de o plenário do Senado continuar obstruído, a situação parecia mais controlada por outro caminho. Segundo a comunicação do senador Jorge Seif (PL-SC), os opositoristas organizaram um rodízio entre si para sempre permanecerem ocupando a Mesa Diretora que durará até às 20h desta quinta-feira (7), podendo ser renovado. Porém, foi acordado entre os líderes com Alcolumbre a votação de algumas medidas

provisórias que poderiam caducar, um meio termo às exigências da oposição e da base. A sessão, porém, não será presencial.

Ficou definido que o presidente do Senado recorrerá sobre o uso de tornozeleira eletrônica e demais medidas cautelares impostas ao senador Marcos do Val (Podemos-ES), que foram decretadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Além disso, a sessão virtual ainda votará o projeto de lei que isenta pagamento de imposto de renda para quem ganha até dois salários-mínimos (atualmente R\$ 3.036). Era uma preocupação da base governista porque substituiu uma medida provisória que vai perder a validade neste mês.

Defesa de Bolsonaro recorre ao Supremo contra prisão

Lula Marques/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Os advogados de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) encaminharam ao Supremo Tribunal Federal (STF), na noite desta quarta-feira (6), um agravo regimental – recurso judicial utilizado para questionar decisões monocráticas de tribunais – solicitando que a prisão domiciliar de Bolsonaro seja revista. A prisão foi decretada pelo ministro da Suprema Corte Alexandre de Moraes nesta segunda-feira (5) por descumprimento de medidas cautelares – o uso de redes sociais por intermédios de terceiros.

No documento, a defesa de Bolsonaro argumenta que não houve descumprimento das medidas cautelares, pois o conteúdo divulgado nas redes sociais dos filhos do ex-presidente – referente a um vídeo em que ele cumprimenta apoiadores em Copacabana durante manifestações neste domingo (3) – em nada trata do seu processo judicial. “O ora Agravante não está proibido de conceder entrevista ou fazer manifestações públicas, desde que não profira ‘afirmações caracterizadoras das infrações penais’”, disse a defesa.

No vídeo, Bolsonaro fala: “Boa tarde Copacabana, boa tarde meu Brasil, um abraço a todos. É pela nossa liberdade, estamos juntos. Obrigado a todos, é pela nossa liberdade, pelo nosso futuro, pelo nosso Brasil. Sempre estaremos juntos! Valeu!”.

“Como se vê, não houve a



Segundo defesa, Bolsonaro nada falou sobre processo

reiteração das supostas ‘afirmações caracterizadoras das infrações penais que ensejaram a imposição das medidas cautelares’, razão pela qual não há de se falar em descumprimento das medidas cautelares impostas. Não há qualquer espaço para analisar esta frase como uma afirmação criminosa, afinal se nem saudar o público ele pode, então está proibido de se manifestar, o que se traduz em censura, da mesma forma que a prisão se traduz numa preocupante antecipação de pena, mesmo antes da apresentação da defesa final”, argumentaram os advogados.

Em todos os documentos publicados pelo magistrado, Alexandre de Moraes enfatizou que “a justiça é cega, mas

não é tola”. Em uma resposta, no documento, a defesa de Jair Bolsonaro reitera que: “a Justiça não é tola, mas quando tratamos de direito penal e direito processual penal estamos no campo da responsabilidade subjetiva – o que, não seria necessário dizer, demanda prova e indícios concretos que o alvo da cautelar decidiu desrespeitar o Judiciário”.

OAB-RJ

Com a determinação de Moraes na prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a Ordem dos Advogados do Brasil seção Rio de Janeiro (OAB-RJ) publicou uma nota, na noite desta terça-feira (5), criticando a decisão do ministro. A nota classificou como

“preocupante” a “escalada nas restrições impostas às liberdades de quem ostenta a condição de réu e de investigado, notadamente as de expressão e manifestação pacíficas”.

“Em investigações criminais em curso, é necessária prudência no uso de medidas restritivas às liberdades, sobretudo na sua imposição de ofício, a bem do Estado de Direito”, afirma a nota, assinada pela presidente da OAB-RJ, Tereza Basílio.

“De igual modo, o devido processo legal criminal é personalíssimo e não admite sanções por atos de terceiros”, continuou ela.

“A OAB-RJ manifesta sua confiança de que prevalecerão o equilíbrio institucional e o respeito pelas liberdades públicas, no firme propósito de promover a pacificação social, com estrita observância dos limites constitucionais que regem o exercício dos poderes da República”, completou.

Por meio de suas redes sociais, nesta quarta-feira (6), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) parabenizou a nota, classificando-a como um “posicionamento público em defesa da liberdade de expressão, de manifestações populares pacíficas, do respeito ao devido processo legal e pelo reequilíbrio entre as instituições”.

“Que ela inspire outros presidentes de seccionais da OAB e, principalmente, a OAB Nacional a também defenderem a democracia!”, manifestou o parlamentar em suas redes sociais.